

A acessibilidade como campo de pesquisa: um panorama e os desafios investigativos no século XXI

Joana Belarmino de Souza¹

1. Introdução

Se tivéssemos de definir um tema privilegiado de pesquisa para a contemporaneidade, certamente elegeríamos a acessibilidade como um dos mais relevantes desse nosso tempo. De fato, o termo tem aparecido como prioridade no discurso político, em boa parte das produções publicitárias, nos documentos de reivindicação dos movimentos sociais e, sobretudo, na pesquisa acadêmica científica desenvolvida nas universidades.

Para termos uma dimensão da popularidade do vocábulo, basta que façamos uma busca no Google, e, somente em língua portuguesa, encontraremos mais de 11 milhões de inserções. Se quisermos refinar a busca e procurarmos pela expressão “acessibilidade e cegueira”, ainda encontraremos um número aproximado de 416 mil resultados.²

É, pois, indiscutível a primazia do tema da acessibilidade na rede mundial de computadores. Mas não é apenas nos espaços virtuais que ele é prioritário. Uma pesquisa cuidadosa e planejada em bancos de dados específicos, em bibliotecas, assim como nos periódicos científicos revelaria o quanto o tema é popular no debate universitário, nas mais variadas áreas do conhecimento.

Assim, podemos fazer uma primeira afirmação definitiva: a acessibilidade é um tema privilegiado na área de estudos acerca da cegueira do século XXI, assim como uma compreensão da cegueira como patologia marcou os primórdios das pesquisas nos séculos XIX e início do século XX, ou como as pesquisas sobre inclusão fixaram-se como um tema privilegiado na produção de conhecimento a partir da década de 1990.

O trabalho ora apresentado também tem como tema central a acessibilidade e é fruto de pesquisas que vimos realizando desde 2011, as quais atualizam estudos que havíamos desenvolvido em nossos cursos de mestrado e de doutorado, focalizando o segmento das

peças com deficiência, dentro de rubricas de pesquisa que unem os campos da sociologia, da semiótica e da comunicação jornalística.

Em seu estágio atual, nossa pesquisa desenvolve-se prioritariamente como uma atividade do Grupo de Pesquisa em Jornalismo, Mídia, Acessibilidade e Cidadania (GJAC).³ Faz um apanhado de comunicações e artigos produzidos acerca do tema, fruto de nossas participações em eventos nos últimos três anos, e focaliza o uso das redes sociais pelas pessoas com deficiência, mais particularmente a rede social Twitter, tentando identificar e mapear modelos de utilização da ferramenta, tipos de conteúdos postados, modos de interação e os impactos dessa “presença” virtual tanto nas vidas individuais dessas pessoas como em outras instâncias da sociedade e da cultura, a exemplo do campo jornalístico.

Ao longo do desenvolvimento da cultura, o tema da deficiência mereceu a atenção das diversas ciências: história, psicologia, ciências sociais e ciências da saúde. A ciência clássica, em geral, apontou para uma abordagem patológica das deficiências e suas diversas tipificações.

Em fins do século XX, com o pleno ingresso desses indivíduos na era tecnológica, a pesquisa ganhou um novo rumo. Suas lutas por direitos de cidadania, as conquistas legais alcançadas, aliadas aos processos gerais de incremento das políticas sociais de acesso à educação e ao trabalho, modificaram o teor de suas lutas, evidenciando campos novos de investigação científica.

Se a pesquisa científica ampliou suas áreas de interesse, as pessoas com deficiência, conformando o novo grande grupo dos chamados “novos sujeitos sociais”, conforme o que pensa Boaventura de Sousa Santos, também qualificaram a agenda de suas reivindicações. Ao lado das lutas clássicas por acessibilidade e mobilidade urbana, eles reivindicam pleno acesso a terminais bancários, etiquetagem braile em produtos de consumo, cardápios em restaurantes e folhetos publicitários em braile ou áudio. No campo da comunicação, lutam pela implementação do recurso da audiodescrição em produtos audiovisuais, acessibilidade à telefonia móvel, acessibilidade na *web* e subsídios para o acesso a tecnologias assistivas.

O modo de apresentação dessas reivindicações também se modificou. Se nos anos 1980 a forma privilegiada de intervenção se dava pela reivindicação feita em documentos próprios de suas organizações, na atualidade eles ocupam as redes sociais, em grupo ou individualmente, e reivindicam melhores condições de vida por meio de postagens, convertendo-se em representantes dessa grande massa plural que povoa a cibercultura.

É, pois, para esse tipo de intervenção que voltamos nossa preocupação. Tidos como grupos que não têm visibilidade na grande mídia comercial, por meio do Twitter, esses indivíduos conseguem romper essa bolha de invisibilidade e forçar o campo jornalístico a agendar algumas de suas lutas.

Mapear a utilização do Twitter pelas pessoas com deficiência, flagrar sua organização e a natureza de suas ações (ativismo-ciberativismo), destacar as lutas que são agendadas no Twitter pelo grupo, identificando sobretudo aquelas que demarcam o rol das lutas por acessibilidade à informação e à comunicação, analisar nesses conteúdos agendados o campo simbólico no qual esses indivíduos se reconfiguram como grupo, sua cultura, sua ecologia; essas são algumas das problemáticas e objetivos perseguidos por nossa investigação.

Em pesquisa anterior, demonstramos como se deu, historicamente, a constituição dos movimentos sociais das pessoas com deficiência. Nas sociedades antigas, o agrupamento desses indivíduos engendrava-se a partir da caridade e se desenvolvia em torno de práticas de mendicância; já nas sociedades modernas (séculos XIX e XX), a educação e a profissionalização fizeram emergir o movimento associativista, criando-se em todo o mundo as organizações não governamentais de pessoas com deficiência. O cenário atual, marcado pelos avanços tecnológicos, evidencia um novo espaço de atuação desses grupos, que, tal como outros movimentos, deslocam a clássica militância, por meio do ativismo social, para o exercício do ciberativismo nas redes sociais.

Em nosso artigo, exploraremos, conforme já citado, algumas dessas manifestações, de extratos dos conteúdos que prefiguram esse novo modo de luta pela cidadania, cientes da provisoriidade de nossos achados, assim como dos aspectos de instantaneidade, velocidade e mutabilidade que caracterizam essas práticas sociais no Twitter, o qual, em seu uso cotidiano pelos indivíduos e grupos sociais, acha-se em permanente atualização.

2. Os diálogos teóricos

As pessoas com deficiência conformam hoje, de acordo com estatísticas oficiais, cerca de 14% da população brasileira. Como grupo, no que toca às teorias da sociedade, esse contingente populacional, investigado a partir de suas estratégias de agrupamento, aliança, entre outras, pode ser pensado como “novos sujeitos coletivos”, que, em suas lutas por se fazerem visíveis, inauguram “novos lugares de fala”, “novos espaços sociais de luta”.

Para compreendermos esse novo cenário, para avaliarmos a atuação desses coletivos, são fundamentais os contributos teórico-reflexivos de Boaventura de Sousa Santos, que discute a emergência desses novos “sujeitos sociais”, reunidos por novas demandas comuns, de caráter corporativo ou não, e que, na sociedade atual, demarcada pela fase neoliberal do capitalismo, orientada para a lógica do mercado e do consumo, constituem, dentro da “esfera pública”, “novos lugares de fala”, de “argumentação e de debate” (SANTOS, 1999).

A discussão propõe uma espécie de zona de articulação entre a esfera midiática e a própria sociedade, por meio das concepções de “espaço público”, que, de acordo com Luís Martins da Silva, “abrange desde as calçadas, vias e praças, a sua parte física, até a constituição de espaços abstratos e simbólicos”, ou seja, a “esfera pública”, entendida pelo autor como “[...] as condições e o contexto para que existam polêmica, argumentatividade, debate e deliberação” (apud SILVA, 2007, p. 84).

Central em nossa argumentação é a hipótese do “contra-agendamento”, que, segundo o teórico, assenta-se na hipótese de trabalho “[...] de que a sociedade [...] também tem a sua pauta ou, no plural, as suas pautas, e as deseja ver atendidas pela mídia e tenta, diariamente, e sob as mais variadas maneiras, incluir temas nesse espaço público que é a mídia” (apud SILVA, 2007, p. 84).

A hipótese do “contra-agendamento”, pode-se dizer, é filha direta da hipótese do “*agenda-setting*”, esboçada nos anos 1970 e que discute a possibilidade de constituição de uma agenda midiática, a qual se articula com e determina os outros agendamentos da sociedade que podem ser pautados pela mídia, na política, na economia, na cultura, enfim, em todas as instâncias sociais.

Por outro lado, a hipótese de contra-agendamento articula-se com a concepção de “*advocacy*”, que, em linhas gerais, envolve o direito de advogar por causas, interesses, de forma organizada, em que os grupos ou organizações não governamentais atuam na gestão e transformação de suas realidades desvantajosas.

De fato, tem sido comum flagrarmos episódios de “contra-agendamento”, fatos que tradicionalmente não encontrariam visibilidade na agenda midiática, porém, sua repercussão nas redes sociais obriga muitas vezes a uma reapropriação deles e à sua transformação em notícia jornalística. Poderíamos mesmo afirmar que a interação nas redes sociais tem alterado muitas vezes o clássico valor de noticiabilidade. Um acontecimento pode nascer em qualquer lugar do planeta, pode iniciar-se de maneira insignificante, 140 caracteres, que ganham o ciberespaço, e podem ou não alcançar visibilidade. Alguns desses

pequenos pedaços de informação podem repercutir na grande rede de maneira viral e transformar-se em verdadeiros fenômenos midiáticos.

Finalmente, permeia toda a investigação a concepção de cidadania. Conforme frisamos em trabalho anterior:

A cidadania, enquanto ideia, repousa no princípio da igualdade universal conferida a todos os indivíduos, independentemente de raça, credo religioso, condições socioeconômicas etc. Este princípio acha-se estabelecido na Organização das Nações Unidas (ONU), que sofre influência marcante das cartas de direitos dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789). A cidadania envolve, pois, os direitos dos indivíduos, e o seu usufruto inclui, também, obrigações por parte dos cidadãos. (BELARMINO, 1997, p. 77)

No dizer de Manzini-Covre (1994 apud BELARMINO, 1997, p. 10),

só existe cidadania se houver prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Nesse sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia por excelência para a construção de uma sociedade melhor.

A leitura do pensamento de Boaventura de Sousa Santos tem sido fundamental para compreendermos essa realidade dentro de uma moldura histórica e socioeconômica, marcada por um desenvolvimento cultural que tem promovido representações que apontam para a classificação, a separação, representações essas que têm nos conceitos de inclusão e exclusão suas metáforas mais relevantes no plano do ativismo social das pessoas com deficiência na contemporaneidade.

3. Agendamento midiático, pessoas com deficiência e invisibilidade

O debate sociológico reconhece que o empoderamento dos movimentos sociais estrutura-se, na contemporaneidade, a partir de pelo menos cinco aspectos fundamentais (apud SILVA, 2007, p. 93):

1) o primeiro, a contrafaceta “sociedade civil organizada” perante o enfraquecimento ou a retirada paulatina do Estado, especialmente no empuxo da onda neoliberal, que propõe a redução da esfera estatal;

2) o segundo, pelo poder de pressão adquirido por setores neocorporativos, seja do capital, seja do trabalho, e que, organizadamente, encontram formas e meios organizados (associativismo) de pleitear benefícios;

3) o terceiro, pela singularização de novos sujeitos sociais, seguida do fortalecimento de seus poderes de pressão (o Movimento dos Sem-Terra, no Brasil, e o dos zapatistas, no México, são bons exemplos), este último representado sobretudo por contingentes até então situados à margem da sociedade (e, por isso, que clamam por inclusão) e por todas as formas de direitos: direitos humanos, direitos civis, direitos sociais e direitos políticos;

4) o quarto, configurado por sujeitos coletivos atingidos por algum tipo de diferença (carência e/ou deficiência), que os torna objeto de reivindicações que independem de classe social, mas gerador de identidade – dois exemplos: os portadores de necessidades especiais (no Brasil, vários milhões) e os portadores de diabetes (no Brasil, cerca de 5 milhões);

5) o quinto, constituído por aqueles sujeitos coletivos (mediante organização) que lutam por terceiros, ou seja, que zelam pelos que não têm nem poder de organização, nem poder de pressão, nem poder de fala, pois estão excluídos do espaço social e, conseqüentemente, aquém da cidadania e, por vezes, da mínima condição humana, mas que acabam por encontrar quem por eles advogue.

Com respeito ao segmento das pessoas com deficiência, no Brasil, nossas análises comprovam que suas lutas se estabelecem em um território que articula o quarto e o quinto aspectos. Ainda que seu movimento já tenha um importante substrato de organizações criadas por eles próprios, com regulações competentes e reconhecimento por parte do Estado, há ainda larga atuação de instituições de terceiros, fundações, organizações de tipo empresarial e outras, apoiando ou incorporando a causa das pessoas com deficiência. O que significa reconhecer que o empoderamento das pessoas com deficiência vem se dando de forma lenta e gradual, na medida em que, social e culturalmente, lhes foi legada uma trajetória de estigmatização que por muito tempo as localizou nas bordas da cultura, ali onde por muito tempo eram vistas como não pessoas.

No que toca à pauta midiática, ao valor notícia que a grande mídia sempre atribuiu a esse segmento social, podemos dizer que, na atualidade, esse coletivo ainda ocupa uma grande “bolha de invisibilidade” nos meios de comunicação de massa tradicionais. Ainda que tenha crescido o rol das demandas e dos fatos que poderiam ganhar valor de noticiabilidade midiática, ou seja, demandas por acessibilidade, empregabilidade, lazer, cultura, entre

outras, as alianças que se estabelecem entre o território desses acontecimentos e a mídia ainda são fracas, sazonais, dependentes, por exemplo, de acontecimentos como as Paraolimpíadas.

A cobertura midiática da realidade do segmento muitas vezes está associada a uma espécie de “economicismo”, ou seja, muitas vezes a pauta da deficiência está relacionada com algum famoso(a) que porventura haja ingressado no grupo, vítima de acidente ou alguma patologia.

A grande mídia também se ocupa do segmento por meio de grandes campanhas, a exemplo das que são promovidas pelo *Teletom*, em que o que são mobilizadas são a compaixão e a caridade social.

De tais afirmações, que nos limites deste artigo ganham apenas o *status* de breve exploração do tema, podemos depreender que o segmento das pessoas com deficiência ainda não almejou encontrar na mídia um aliado importante na visibilidade de suas lutas, de suas pautas pela transformação da realidade desvantajosa. Os sintomas dessa “bolha de invisibilidade” que ainda ocupam na agenda midiática, do ponto de vista mais específico da própria prática jornalística, encontra a seguinte avaliação da Agência Nacional pelos Direitos da Infância (Andi), na apresentação de sua obra *Mídia e deficiência*, conforme referenciada na bibliografia:

[...] da mesma maneira que ocorre em relação a outras questões prioritárias da agenda social, os profissionais de jornalismo sofrem com a ausência de um processo consistente de capacitação para a cobertura da pauta da deficiência. A lacuna tem origem no currículo defasado da grande maioria das faculdades de comunicação e se nutre da falta de interesse das empresas. Ambos os fatores contribuem de forma marcante para impulsionar a engrenagem da exclusão que cerca as pessoas com deficiência.

Em nosso entender, além da formação deficitária, preside essa prática jornalística o lastro de uma trajetória sociocultural que sempre estigmatizou e invisibilizou os grupos minoritários, colocando para seu devir histórico a tarefa cotidiana de luta por seus direitos de cidadania. Entretanto, as questões do agendamento, valor de noticiabilidade, aliadas às minorias e suas demandas, são muito mais complexas do que o que aqui se expõe, ao modo de síntese, pelo que devem merecer pesquisa e investigação mais apurada, a qual possa dar conta das reflexões que porventura já tenham sido produzidas, para que, assim, possamos enriquecer esse debate em produções futuras.

4. Ciberativismo nas redes sociais: um novo ambiente para a “aprendizagem inventiva” da argumentação

Na América Latina e no Brasil, a década de 1990 representou um marco na vida das pessoas com deficiência, em particular das pessoas com deficiência visual. A partir do desenvolvimento de *softwares* e *hardwares* específicos, elas começaram a fazer uso de computadores domésticos e em pouco tempo puderam ingressar na www, rede mundial de computadores.

Se a convergência midiática e sua conjugação em ferramentas de usos coletivos que chamamos redes sociais ainda é um campo recente de investigação e pesquisa teórica, no que toca aos sujeitos coletivos conformados pela rubrica das deficiências, o campo é ainda completamente virgem de análises que busquem apreender suas manifestações/explicações/teorizações.

No intento de iniciar esse trabalho interrogativo/investigativo, que de algum modo conecta-se com todas as nossas outras pesquisas realizadas, as quais pontuaram a percepção tátil, a tradução intersemiótica, desaguando no vasto campo da acessibilidade à informação e à comunicação, partimos, pois, da caracterização do uso do Twitter pelas pessoas com deficiência visual, com ênfase na constituição de uma rede cruzada de interesses e demandas, a qual muitas vezes consegue impactar a mídia convencional, obrigando-a a agendar e agregar valor de noticiabilidade às lutas desse segmento.

Embora esse dado não tenha sido ainda contabilizado oficialmente, em todo o mundo milhares de pessoas cegas utilizam-se de computadores, tecnologias móveis e outras. A síntese de voz, criando leitores de tela para os ambientes informáticos, foi a chave mestra que propiciou a abertura das comportas tecnológicas para esses indivíduos, tal como ocorrera com o Braille, na terceira década do século XIX, que encerrou um hiato de milhares de anos entre a impossibilidade de escrita manuscrita e as pessoas com deficiência visual.

Pessoas cegas interagem no Facebook, enviam mensagens por correio eletrônico, acessam sistemas bancários pela internet, leem os jornais e revistas de sua preferência, embora, a infovia cibernética seja também um espaço para a flagrante existência de barreiras de acessibilidade, as quais dificultam seu livre trânsito e o livre acesso à informação.

Os blogues são uma mídia social privilegiada pelas pessoas com deficiência. A cada dia, dos milhares de blogues colocados à disposição dos internautas, inúmeros são de pessoas com deficiência, com os conteúdos os mais variados, como entretenimento, discussões sobre a própria deficiência, sua arte, sua escrita, ou mesmo blogues comerciais.

Se o microblogue Twitter mantém-se como um dos campeões no gosto popular dos usuários de mídias sociais, a ferramenta também caiu no gosto das pessoas com deficiência visual. Embora esses indivíduos possam acessar a ferramenta por meio do endereço <www.twitter.com>, a verdade é que a criação de API (*application programming interfaces*) vem tornando a interface amigável, acessível e de fácil utilização para esse segmento social.

Para uma melhor compreensão do conceito, tomemos de empréstimo a explicação de Comm (2009):

[...] Um API é simplesmente uma linguagem – ou sintaxe – que uma parte do *software* usa para se comunicar com outra parte. Ele define os tipos de ações que você pode pedir para uma parte do *software* executar e também o tipo de ação que pode ser retornado para o programa de *software* pedido. De fato, trata-se de um tipo de conversação de duas mãos via *software* entre o programa que chamou e o programa chamado.

De fato, a interação entre ambientes informáticos, leitores de telas e pessoas cegas é um fértil e inédito campo de investigação, o qual coincide com a própria história do uso do computador, em princípios dos anos 1970, resultado muitas vezes do trabalho dos próprios programadores cegos, que tornam as interfaces amigáveis e acessíveis.

No caso do Twitter, a interface conhecida como Qwitter, abrigada em <www.qwitter-client.net>, foi uma das primeiras ferramentas de interação desses indivíduos com a rede social. A partir dela, muitas outras vêm se desenvolvendo, observando os mesmos princípios de utilização. O aplicativo simula no computador do usuário cego o ambiente da página do Twitter, sem que seja necessário abrir o navegador de internet. Acionada por conjuntos de teclas privilegiadas, como CTRL + ALT, agregando-se também o uso das setas para movimentar-se nos itens da tela, o usuário cego pode realizar todas as funcionalidades básicas do Twitter, como tuitar, retuitar, enviar mensagens diretas, aceder a *links* divulgados, fazer buscas por assuntos populares, criar e agregar *hashtags*, agregar áudio e imagens a seus conteúdos, seguir e largar, entre outras funcionalidades.

A experiência do uso da rede social cria o que poderíamos chamar, com apoio de Kastrup (2007), um “novo espaço para uma experiência inventiva”, no qual o espaço real em que essas pessoas se movem é recriado na virtualidade, mundo que se reinventa com uma nova sintaxe, gestos e modos de conduta também virtualizados.⁴

5. Pessoas cegas no Twitter: apresentando casos

Militância e ativismo social – não se pode dizer que esses sejam os primeiros interesses que movem as pessoas com deficiência visual a criarem uma conta no Twitter. Tal como a maioria dos usuários do microblogue, elas se conectam para a conversação ligeira, a busca de informações, motivadas pelo convívio social, o “estar junto”, ainda que virtualmente, ou mesmo para a divulgação de produtos de interesse comercial. Mas certamente que há os ativistas, que veem no Twitter a porta de entrada para suas campanhas, seus protestos, suas lutas. Um primeiro *tweet* dessa ordem amplia-se para múltiplos *retweets* dentro do grupo de pertença, ou seja, as pessoas com deficiência, extravasando, porém, para outros grupos de seguidores, com potencial para alcançar os *gatekeepings* da mídia convencional.

Foi o que ocorreu com o episódio da “Casa dos Autistas”, veiculado pela MTV e que causou a indignação das pessoas com deficiência. Uma campanha massiva contra o programa invadiu o Facebook e o Twitter, assim como a blogosfera especializada. Tamanha publicização alcançou a mídia convencional e fomentou a ação do Ministério Público, que retirou o programa do ar.

Mas ainda não são muitos os exemplos de fatos contra-agendados por meio do Twitter, os quais forçam noticiabilidade na mídia tradicional. Uma ciberacção que ganhou corpo no Twitter, entre os meses de março e abril de 2011, a qual protestava contra a falta de acessibilidade no portal da companhia aérea TAM, não logrou alcançar as páginas da mídia impressa ou dos telejornais, embora tenha sido debatida exaustivamente nos blogues e também no Facebook, conforme ilustra a publicação seguinte:

Em tempos em que se desenvolve a chamada terceira onda da internet, onde as redes sociais têm se tornado uma ferramenta essencial no cotidiano do mundo *online*, deficientes visuais de todo o Brasil protagonizaram, neste último final de semana, um twittaço para protestar contra a inacessibilidade no *site* da empresa TAM. Centenas de pessoas começaram a postar, na noite do sábado, dia 19, mensagens no microblog Twitter, com a *hashtag* #InacessibilidadeNaTam, como uma forma inteligente de chamar a atenção da companhia aérea, no sentido de tornar o seu *site* acessível para as pessoas com deficiência visual.

Os dois casos aqui relatados ilustram as potencialidades das redes sociais para dar visibilidade ao segmento. Servidas por conexões de banda larga e ferramentas de acesso, as pessoas com deficiência podem interagir com inúmeros outros segmentos sociais, estabelecendo processos colaborativos, ampliando seu rol de interesses e de lutas por uma sociedade mais inclusiva e apta ao exercício de sua cidadania plena.

5.1. Para além do Twitter: emancipação ou invisibilidade?

Ao longo deste trabalho, vimos como as lutas das pessoas com deficiência foram se qualificando, ganhando novos contornos, agregando novos interesses e demandas. Igualmente, no que se refere às pesquisas acerca da cegueira, constatamos um alargamento do campo investigativo, tendo o tema da acessibilidade mobilizado um grande número de abordagens e intervenções técnicas, acadêmicas e científicas. No que toca às representações culturais acerca da cegueira, persistem ainda preconceitos e discriminações, que repercutem sobretudo no modo de distribuição das políticas sociais para esses coletivos. Se reconhecermos a acessibilidade como um importante tema de pesquisa, sua efetivação, pelo menos no Brasil, ainda não alcançou o estatuto de política permanente e consolidada, o que reduz o usufruto, por parte desses indivíduos, de direitos de cidadania e desqualifica suas possibilidades de emancipação.

No plano do discurso legal dessa questão, temos uma legislação importante, que não consegue materializar-se em políticas sociais e assim reverter esse quadro desvantajoso.

Creemos, apoiados nos contributos de Boaventura de Sousa Santos, que, para tentarmos forjar uma compreensão desse processo, precisamos pensar no desenvolvimento da sociedade como um todo, no modo como essa sociedade foi engendrando seus processos de inclusão e exclusão, dentro de uma moldura capitalista que na atualidade dá curso à sua feição neoliberal marcada pela financeirização do capital.

Nos limites deste artigo já não podemos desenvolver a ideia, mas é certo que as pessoas com deficiência estão vivendo ainda o tempo da militância por direitos sociais, acesso a bens e serviços, em uma sociedade que ainda as exclui e discrimina. Nessa arena de militância, as redes sociais vão se colocando como esse lugar privilegiado para a invenção de uma nova arena argumentativa, um novo espaço de luta por direitos de cidadania.

Saber se esse lugar tem força suficiente para dar visibilidade às lutas desses coletivos, acompanhar seus desenvolvimentos futuros, demarcar sua particularidade no mundo da cibercultura têm sido os objetivos que nos movem no desenvolvimento desta pesquisa.

NOTAS DE RODAPÉ

¹ Universidade Federal da Paraíba. Jornalista, mestra em Ciências Sociais, doutora em Comunicação e Semiótica, é professora titular do curso de Comunicação e Turismo da Universidade Federal da Paraíba e coordena o Programa de Pós-graduação em Jornalismo da mesma instituição. Desenvolve pesquisas nas áreas do jornalismo, acessibilidade e cidadania, com ênfase nos coletivos de pessoas com deficiência visual. Celular: (83) 9619-3400. *E-mail*: joanabelarmino00@gmail.com

² Realizamos as duas consultas sugeridas em <www.google.com> no dia 25 de julho de 2013, encontrando os resultados comentados.

³ O GJAC foi criado dentro do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFPB, congregando estudantes, pesquisadores e técnicos, com duas linhas de pesquisa. Encontra-se certificado no diretório de grupos da UFPB em <www.prgg.ufpb.br>.

⁴ Virgínia Kastrup desenvolve seu trabalho sobretudo investigando a cognição, a estética e a criação artística, tomando o conceito de invenção como central.

REFERÊNCIAS

ANDI; FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Mídia e deficiência**. Brasília, 2003.

BERLARMINO, Joana. **Associativismo e política**: a luta dos grupos estigmatizados pela cidadania plena. João Pessoa: Ideia, 1997.

COMM, Joel. **O poder do Twitter**: estratégias para dominar seu mercado e atingir seus objetivos com um tweet por vez. Tradução de Leonardo Abramowicz. São Paulo: Gente, 2009.

ESTEVES, João Pissarra. **Espaço público e democracia**: comunicação, processo de sentido e identidade social. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

FERREIRA, Jairo e Eduardo Viser (Org.). **Mídia e movimentos sociais**: linguagens e coletivos em ação. São Paulo: Paulus, 2007.

KASTRUP, Virginia. **A invenção de si e do mundo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MORIN, Edgar. **A cultura de massas no século XX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969. Coleção O Espírito do Tempo.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet: considerações iniciais. **E Compós**, v. 2, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SHOEMAKER, Pamela J. **Teoria do gatekeeping**: construção e seleção da notícia. Tradução de Vivian Nickel. Revisão técnica de Marcia Benetti. Porto Alegre: Penso, 2011.

SILVA, Luís Martins. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: LAGO, Cláudia; BENNETTI, Márcia (Org.). **Metodologias de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SOUSA, Joana Belarmino. Agendamento e contra-agendamento no jornalismo: a rede social Twitter e o ciberativismo das pessoas com deficiência. In: FAUSTO NETO, Antonio; FERNANDES, José David Campos (Org.). **Interfaces jornalísticas, ambientes, tecnologias e linguagens**. João Pessoa: UFPB, 2011.

_____. **Aspectos comunicativos da percepção tátil**: a escrita em relevo como mecanismo semiótico da cultura. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

_____. Mídias digitais: acessibilidade na web e os desafios para a inclusão informacional. In: NUNES FILHO, Pedro (Org.). **Mídias & interatividade**. João Pessoa: UFPB, 2009. p. 275-284.